

RELATÓRIO DE GESTÃO CORECON-RJ - 2012

JOÃO PAULO DE ALMEIDA MAGALHÃES
Presidente

SIDNEY PASCOOTTO DA ROCHA
Vice-Presidente

COMPOSIÇÃO DO PLENÁRIO EM DEZEMBRO DE 2012

CONSELHEIROS EFETIVOS

Arthur Câmara Cardozo
Carlos Henrique Tibiriçá Miranda
Edson Peterli Guimarães
Gilberto Caputo Santos
João Paulo de Almeida Magalhães
Jorge de Oliveira Camargo
José Antonio Lutterbach Soares
Renato Elman
Sidney Pascoutto da Rocha

CONSELHEIROS SUPLENTES

André Luiz Rodrigues Osório
Ângela Maria de Lemos Gelli
Eduardo Kaplan Barbosa
José Ricardo de Moraes Lopes
Leonardo de Moura Perdigão Pamplona
Marcelo Jorge de Paula Paixão
Marcelo Pereira Fernandes
Miguel Antônio Pinho Bruno
Regina Lúcia Gadioli dos Santos

COMISSÕES DE TRABALHO

1 – Alienação de bens

Conselheiro Gilberto Caputo Caputo Santos

2 – Análise do acervo da Biblioteca

Conselheiro João Paulo de Almeida Magalhães
Conselheiro Gilberto Caputo Santos

3 – Avaliação de materiais de divulgação do Conselho e do Centro de Estudos para o Desenvolvimento

Conselheiro Sidney Pascoutto da Rocha
Conselheiro Gilberto Caputo Santos
Conselheiro João Paulo de Almeida Magalhães

4 – Conselho Editorial do Jornal dos Economistas

Conselheiro Carlos Henrique Tibiriçá Miranda
Conselheiro Edson Peterli Guimarães
Conselheiro Gilberto Caputo Santos
Conselheiro José Ricardo de Moraes Lopes
Conselheiro Leonardo de Moura Perdigão Pamplona
Conselheiro Marcelo Pereira Fernandes
Conselheiro Sidney Pascoutto da Rocha

5 – Cursos

Conselheiro Edson Peterli Guimarães
Conselheiro André Luiz Rodrigues Osório
Conselheiro Arthur Câmara Cardozo
Conselheiro João Paulo de Almeida Magalhães
Conselheira Regina Lúcia Gadioli dos Santos

6 – Licitações

Conselheiro Gilberto Caputo Santos
Conselheiro José Ricardo de Moraes Lopes

7 – Fórum Popular do Orçamento

Conselheiro Renato Elman
Conselheiro Eduardo Kaplan Barbosa

8 – Política Econômica

Conselheiro Sidney Pascoutto da Rocha
Conselheiro André Luiz Rodrigues Osório
Conselheiro Arthur Câmara Cardozo
Conselheiro Carlos Henrique Tibiriçá Miranda
Conselheiro Gilberto Caputo Santos
Conselheiro João Paulo de Almeida Magalhães
Conselheiro José Antonio Lutterbach Soares
Conselheiro Federal Antonio Melki Júnior

9 – Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado

Conselheiro Edson Peterli Guimarães
Conselheira Ângela Maria de Lemos Gelli
Conselheiro Gilberto Caputo Santos

10 – Relações com instituições acadêmicas

Conselheira Regina Lúcia Gadioli dos Santos
Conselheira Ângela Maria de Lemos Gelli

11 – Semana do Economista

Conselheiro Carlos Henrique Tibiriçá Miranda
Conselheiro Sidney Pascoutto da Rocha
Conselheiro Arthur Câmara Cardozo

12 – Tomada de Contas

Presidente: Conselheiro Edson Peterli Guimarães
Conselheiro José Antonio Lutterbach Soares
Conselheiro Marcelo Pereira Fernandes
Conselheiro André Luiz Rodrigues Osório.
Conselheiro Carlos Henrique Tibiriçá Miranda
Conselheiro Renato Elman

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

SECRETARIA EXECUTIVA

Secretário Executivo: Economista Wellington Leonardo da Silva
Secretária do Presidente e do Secretário Executivo: Paula Vanessa Bastos C. de Araújo
Assistente Administrativa III: Márcia Cristina Ayres dos Santos
Auxiliares de Serviços Gerais I: Alisson Souza Cunha
Antonio Francisco dos Santos
Maria Helena Conceição da Silva

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Secretário I: Economista Guilherme Tinoco O. dos Anjos
Assistente Administrativa V: Elza Maria Paranhos de Andrades
Assistente Administrativo IV: Domingos da Silva Matos
Assistente Administrativo II: Caio Vinicius de Souza Andrade

SECRETARIA DE REGISTROS

Secretário I: Economista Josivaldo de Lira
Assistente Administrativo IV: Samuel Moreira Gomes
Assistente Administrativa III: Karina Aparecida Costa de Barros
Assistentes Administrativos I: Carla Alessandra B. da S. Peçanha
Cláudio Silva de Andrade
Thiago Vaz Barbosa

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO

Secretário I: Economista Victor Esteves Rodrigues de Souza
Secretária Adjunta: Monica de Brito Ziotto

SECRETARIA DE CURSOS

Coordenador: Wladimir Carvalho da Silva
Assistente Administrativo I: Luiz Augusto de Souza Barros



BIBLIOTECA

Bibliotecário: Antonio Sergio Loyola Porto
Assistente Administrativa IV: Maria da Guia Marcos dos Santos
Estagiária: Leandra Bernardina da Silva Vieira

ASSESSORIAS

Contábil: Manager, Auditoria, Consultoria e Contabilidade Ltda.
Jurídica: Peixinho, Cacao & Pires, Consultoria & Advogados Associados
Imprensa: Marcelo Cajueiro
Informática: Calma Informática Ltda.

SUMÁRIO

1. Introdução	9
2. Ações prioritárias	10
3. Resultado dos principais objetivos fixados no Plano de Trabalho	60
4 . Conclusão	62

I – INTRODUÇÃO

Neste relatório apresentamos os resultados obtidos em relação ao Programa de Trabalho para o exercício de 2012. As ações que o compunham, classificadas em 5 áreas, tinham como objetivos a valorização da profissão, a estruturação e intensificação da ação fiscalizadora, a potencialização da capacidade financeira, o aprimoramento da estrutura administrativa e o fortalecimento da Imagem Institucional do CORECON-RJ na sociedade. A herança deixada para a gestão que assume é composta por resultados que se encontram relacionados, detalhados e comparados com aqueles obtidos desde o exercício de 2002, sempre que possível, cuja obtenção foi em muito facilitada pela manutenção da linha de planejamento iniciada há 10 (dez) anos na Autarquia.

Como indicadores relevantes destas conquistas, destacamos: **1)** saldo de caixa suficiente para honrar os compromissos financeiros até abril de 2014, levando em consideração a despesa mensal média em 2012; **2)** seleção por concurso público de mais dois economistas-fiscais, potencializando a capacidade operacional da Secretaria de Fiscalização; **3)** significativa participação no XXIII Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia, onde o Presidente João Paulo de Almeida Magalhães foi o representante do Brasil na Assembléia dos Economistas de Língua Portuguesa e coordenou a mesa sobre Estrutura e Conjuntura Econômica, Política e Social do Brasil e o Secretário Executivo foi palestrante na mesa que discutiu o Aperfeiçoamento do Sistema COFECON-CORECONs. Na oportunidade o Presidente lançou o movimento em favor da criação de uma estratégia de longo prazo para o Brasil; **4)** manutenção dos esforços para aumentar o número de pessoas físicas e jurídicas registradas; **5)** perseverança na aplicação da Política para Tratamento da Inadimplência; **6)** continuidade dos esforços para atualização do cadastro de pessoas físicas e jurídicas cadastradas; **7)** superávit financeiro; **8)** controle das despesas balizado pelo volume da receita arrecadada; **9)** manutenção do programa de cursos de atualização para economistas; **10)** reabertura do plano de saúde para os economistas.

II – AÇÕES PRIORITÁRIAS

2.1 – Valorização da Profissão: Parte das ações que compunham este objetivo estava a cargo da Secretaria de Fiscalização e ficou prejudicada em função da transferência do Economista Josivaldo de Lira, então responsável por seu gerenciamento, para a função de Secretário de Registros a partir do mês de março. Embora a gestão tenha ganhado em qualidade, ao dotar de gerenciamento mais qualificado a Secretaria de Registros, isto implicou em atuar, todo o resto do ano, com apenas um economista-fiscal e, conseqüentemente, no adiamento da execução de algumas ações.

2.1.1 – Executar ações em conjunto com os demais conselhos regionais destinadas a combater a política de desregulamentação da profissão: As ações desenvolvidas restringiram-se a base territorial do CORECON-RJ e estão detalhadas ao longo do relatório.

2.1.2 – Monitorar a tramitação do PLS 658/07 e contribuir para seu aprimoramento: A tarefa deixou de ser objeto de comissão específica no Conselho Federal e esta sob a responsabilidade do Coordenador da Comissão de Normas e Procedimentos daquela instância.

2.1.3 – Contribuir para o detalhamento do campo de atuação do profissional economista, a partir da legislação existente: A ação não foi iniciada pela Comissão de Normas e Procedimentos do Conselho Federal, em parte porquê depende da aprovação do PLS 658/07. No âmbito da Secretaria de Fiscalização tem havido esforço significativo, principalmente em relação aos profissionais que atuam no mercado de investimentos.

2.1.4 – Ampliar a interlocução com instituições acadêmicas e alunos de economia participando das atividades por elas promovidas: Sob responsabilidade da Secretaria de Fiscalização foi adiada para o exercício de 2013, em função da redução do número de economistas-fiscais.

2.1.5 – Promover encontro com os diretores dos cursos de economia das Universidades do Estado: Sob responsabilidade da Secretaria de Fiscalização, a ação foi adiada para o exercício de 2013.

2.1.6 – Apoiar e ajudar a organizar o encontro anual de, pelo menos, cinco Universidades do Estado: Sob responsabilidade da Secretaria de Fiscalização, a ação foi adiada para o exercício de 2013.

2.1.7 – Editar material divulgando o papel do Conselho e a profissão, em linguagem acessível, destinado aos estudantes de economia: Sob responsabilidade da Secretaria de Fiscalização, a ação foi adiada para o exercício de 2013.

2.1.8 – Realizar Primeira Gincana Estadual de Economia: O evento contou com a presença de estudantes de seis universidades fluminenses – UFRJ, UERJ, UFF, UFRRJ-Três Rios, UFRRJ - Seropédica e Centro Universitário Geraldo Di Biase. A gincana foi realizada no dia 22 de agosto, na sede do Conselho e a dupla da UFRRJ-Três Rios venceu a competição e conquistou a vaga para representar o Estado na Gincana Nacional de Economia, em Belo Horizonte/MG, no período de 12 a 14 de setembro de 2012. Mais uma vez, a dupla da UFRRJ-Três Rios repetiu o bom desempenho e conquistou o 2º lugar da Gincana Nacional de Economia.

2.1.9 – Manter a oferta de cursos de aperfeiçoamento técnico aos economistas: Foram realizados pela própria Autarquia 6 cursos, concluídos por 90 alunos dos 127 matriculados. Destes, 71 são economistas registrados, 10 bacharéis em economia, 13 estudantes de economia com registro e 13 são estudantes de economia sem registro. Participaram também de nossos cursos outros 20 profissionais, dentre eles, 4 engenheiros. Dentre os 90 alunos concluintes, concedemos 2 (duas) bolsas integrais, sendo 1 (uma) destinada para empregado da Autarquia e a outra para uma economista desempregada, conforme discriminado abaixo.

1 – Avaliação de negócios e tomada de decisão – modelo Excel

09 de janeiro a 01 de fevereiro

Horas-aula: 30

Público no início do curso: 19 alunos

Público ao final do curso: 19 alunos

2 – Curso de Aperfeiçoamento em Economia: preparatório para a prova da Anpec

27 de fevereiro a 22 de setembro

Horas-aula: 510

Público no início do curso: 42 alunos

Público ao final do curso: 21 alunos

3 – Perícia Turma 1

2 de março a 27 de julho

Horas-aula: 60

Público no início do curso: 15 alunos

Público ao final do curso: 5 alunos

4 – Macroeconomia e Microeconômica para concursos

18 de junho a 24 de setembro

Horas-aula: 45

Público no início do curso: 15 alunos

Público ao final do curso: 10 alunos

5 – Perícia Turma 2

05 de setembro a 23 de novembro

Horas-aula: 60

Público no início do curso: 16 alunos

Público ao final do curso: 15 alunos

6 – Matemática Financeira Gratuita

03 de outubro a 09 de novembro

Horas-aula: 30

Público no início do curso: 20 alunos

Público final do curso: 20 alunos

2.1.10 – Promover o Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado: Neste exercício incorporamos mais um atrativo a premiação, pois em parceria com a Universidade Federal Fluminense os trabalhos vencedores serão publicados em livro. Em sua 22ª edição, consolidada a interação entre o Conselho e as principais Universidades, onde o Curso de Economia é ofertado, foram premiados quatro trabalhos.

Primeiro Lugar: Pobreza multidimensional: uma aplicação às unidades federativas brasileiras
Autora: Lívia de Carvalho Freire
Instituição: Universidade Federal Fluminense

Segundo Lugar: Investimento direto brasileiro no exterior: a experiência recente em perspectiva comparada com China e Índia
Autora: Camila Siqueira de Souza
Instituição: Universidade Federal Fluminense

Terceiro Lugar: Mecanismos de incentivo para fontes renováveis de energia elétrica e o caso da energia eólica no Brasil
Autor: Daniel Monnerat Gorodicht
Instituição: Universidade Federal Fluminense

Menção Honrosa: Análise do gasto público em gestão ambiental no período 2003-2010: interfaces entre conservação ambiental e desenvolvimento econômico.
Autor: Érico Rial Pinto da Rocha
Instituição: Universidade Federal do Rio de Janeiro

2.1.11 – Acompanhar e divulgar oportunidades de trabalho nas áreas de economia e finanças a partir da página na Internet: Além da divulgação de oportunidades, a atividade possibilitou a abertura de processos de fiscalização sobre empresas de Recursos Humanos que fornecem serviços de recrutamento, seleção e terceirização de Bacharéis em Ciências Econômica.

Empresas fiscalizadas

ANO	QUANTIDADE	VARIAÇÃO %
2011	0	-
2012	3	100

2.1.12 – Efetuar a divulgação do elenco de atividades profissionais para as quais o Economista está capacitado e legalmente apto, junto a órgãos governamentais, empresas e terceiro setor: Sob responsabilidade da Secretaria de Fiscalização, foi adiada para o exercício de 2013.

2.1.13 – Acompanhar o processo de convocação dos aprovados para os cargos de economista em concursos públicos: Houve uma alteração no eixo que norteou a execução da ação pela Secretaria de Fiscalização. Em vez do acompanhamento das convocações dos aprovados, visto que nem todos tomam posse no mesmo período e existe a possibilidade do

convocado não tomar posse, foi realizada ampla pesquisa, em sites especializados, acerca dos diversos certames públicos de caráter nacional, ou realizados por instituições com base ou representação no Estado do Rio de Janeiro, nos quais haviam vagas disponibilizadas para economistas, ou que permitiam acesso a Bacharéis em Ciências Econômicas por exigirem conhecimentos nas áreas de economia e de finanças. A partir da pesquisa foram abertos processos de fiscalização, tendo como pólo passivo essas instituições, e lhes foram solicitadas as listagens dos Bacharéis em Ciências Econômicas, nelas empregados, bem como, as descrições das funções por eles desempenhadas, no intuito de verificar se tais atividades pertencem ao rol das privativas dos economistas ou compartilhadas com outras profissões regulamentadas, independente da nomenclatura utilizada pela instituição para definir o cargo.

Cabe ressaltar que houve continuidade no acompanhamento diário, em sites especializados, da abertura de novos Editais, tanto para economistas quanto para Bacharéis em Ciências Econômicas, na área de economia e finanças, além dos que foram abertos para ampla concorrência, sendo que deveriam ser abertos somente para economistas e, portanto, passíveis de processos administrativos e/ou judiciais.

A partir da nova metodologia, foram fiscalizados 31 concursos no total (14 solicitações de listagem e 17 análises de editais), representando um aumento de 158% no número de concursos fiscalizados. Dos 17 editais analisados 2 estão sendo alvo de processos judiciais.

Por tal ação ter sido iniciada no fim do ano, muitas das empresas fiscalizadas possuem quadro funcional em rigor com as exigências legais e também porque as atividades da Fiscalização possuem a característica de terem efeitos no médio prazo, tal ação não gerou registro no ano de 2012.

Das quatorze (14) solicitações de listagem para os órgãos que realizaram concursos públicos, 7 (sete) processos foram encerrados, e sete (7) estão em andamento.

Concursos Públicos

ANO	CONCURSOS FISCALIZADOS	VARIAÇÃO %
2004	1	-
2005	-	-100
2006	1	100
2007	6	600
2008	6	0
2009	5	-17
2010	7	40
2011	12	71
2012	31	158

2.1.14 – Concluir a modernização da página do Conselho na Internet: Em virtude dos impactos a serem absorvidos pela página, a partir da entrada em operação do novo Sistema de Cadastro, a ação foi postergada. As iniciativas a seu respeito, ficaram restritas a alterações de forma e conteúdo.

2.1.15 – Implantar banco de currículos na página do Conselho na Internet: Execução adiada em função da existência de dependência em relação ao item 2.1.14.

2.1.16 – Implantar o cadastro de consultores em economia, perícias e arbitragens econômico-financeiras na página do Conselho na Internet: Execução adiada em função da existência de dependência em relação ao item 2.1.14.

2.1.17 – Implantar a oferta de correios eletrônicos aos economistas utilizando o domínio “corecon-rj.org.br”: Execução adiada em função da existência de dependência em relação ao item 2.1.14.

2.1.18 – Ampliar em nossa página na Internet a listagem de páginas nas quais são divulgados índices, informações e pesquisas de interesse dos economistas: Sob responsabilidade do Bibliotecário, a ação não foi realizada.

2.1.19 – Manter o processo de atualização do acervo de títulos da Biblioteca priorizando temas vinculados a questão do desenvolvimento: Foram incorporados, tendo como classificação literária principal a questão do desenvolvimento, 22 novos títulos.

2.1.20 – Realizar campanha de divulgação acerca da possibilidade do registro das Anotações de Responsabilidade Técnica e da emissão das Certidões de Acervo Técnico: Foram constantemente atualizadas as informações sobre as rotinas para o registro, aos economistas e empresas prestadoras de serviços de economia e finanças, no espaço reservado no site do Conselho a Secretaria de Fiscalização. Além disso, foram aperfeiçoados os formulários para registro das Anotações de Responsabilidade Técnica e emissão das Certidões de Acervo Técnico. Foram emitidas 64 anotações de responsabilidade técnica para pessoas físicas e 11 para pessoas jurídicas. Já em relação à certidão de acerto técnico (CAT), foram 13 para economistas e 4 para empresas.

2.2 – Intensificação da Fiscalização

2.2.1 – Redimensionar a estrutura física e ampliar a equipe da Secretaria de Fiscalização: Reformamos a sala ocupada pela Secretaria, ampliando sua área útil e dotando-a dos equipamentos necessários para tornar possível a contratação de mais 2 economistas-fiscais. Essas contratações serão efetuadas de acordo com o Concurso Público Nacional promovido pelo COFECON, cujas convocações só poderão ser efetuadas a partir de janeiro de 2013, em virtude da Lei nº 9.504/97.

2.2.2 – Aprimorar o sistema de controle e acompanhamento dos processos de fiscalização, em especial quanto aos prazos definidos em cada uma de suas fases: Devido a elaboração de uma planilha que proporciona o acompanhamento dos prazos estabelecidos, houve redução substancial no tempo de vida útil de cada processo, considerando o período compreendido entre sua abertura e seu efetivo encerramento. Porém, devido à redução de cinquenta (50) por cento no número de economistas-fiscais, alguns poucos processos, nos quais houve pronunciamento dos agentes passivos, que não poderiam ser respondidos por meio dos diversos modelos construídos ao longo de 2012, e que dependiam de análise mais minuciosa do Secretário de Fiscalização, demandaram mais tempo entre a manifestação dos interessados e a resposta da Secretaria.

2.2.3 – Dar continuidade ao trabalho de identificação dos registros provisórios e credencias de estudantes vencidos, buscando transformá-los em registros definitivos: Em relação aos registros provisórios e credencias de estudantes vencidos que estavam separados em caixa específica, pois existem outros que estão misturados aos registros definitivos, foram realizadas pesquisas em busca de evidências do exercício da profissão. Em relação aos casos em que foi encontrado algum tipo de evidência, foram abertos processos de fiscalização, tendo como agentes passivos as empresas, as quais foram solicitadas informações sobre as funções exercidas pelo funcionário. Foram abertos sete (7) processos referentes à ação descrita.

2.2.4 – Promover o saneamento do cadastro de pessoas jurídicas inadimplentes: Durante o exercício foi executada pesquisa, através do site da Receita Federal, a fim de localizar empresas, que por razões diversas, estavam com o CNPJ baixado. Esta ação está de acordo com o previsto na Consolidação da Regulamentação Profissional do Economista, com a atualização dada pelo artigo 12 da Resolução n.º 1.880, de 26 de outubro de 2012, que preceitua que somente podem ser baixadas do Cadastro dos CORECONS as empresas cujos registros se encontrem com o status de cancelados. Esta ação busca evitar a tomada de ações e formação de custos desnecessários contra empresas que não mais existem nas respectivas fazendas públicas. Durante este ano diversas empresas cujas inscrições no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ – encontravam-se na referida situação foram canceladas do cadastro. As mesmas estão incluídas na rubrica “Encerramento de atividades” no quadro Fator Gerador dos Cancelamentos de Registros de Pessoas Jurídicas, item 2.3.5.4 deste relatório.

2.2.5 – Aprimorar os instrumentos utilizados na ação fiscalizadora e a interface da Secretaria de Registros com a Secretaria de Fiscalização em relação aos pedidos de cancelamento: A redução do número de economistas-fiscais, impediu a realização da atividade. A ação será retomada em 2013.

2.2.6 – Finalizar as ações fiscalizadoras, iniciadas em 2006, focadas nas empresas de consultoria: Após a reunião do corpo gerencial, realizada no dia 03 de abril de 2012, foi definida a alteração do foco para empresas de Recursos Humanos. Porém, com a entrada de novos economistas e com o convênio estabelecido com o Clube de Diretores Lojistas do Rio de Janeiro-

CDL-Rio para obtenção de informações de empresas prestadoras de serviços de economia e finanças, tal atividade será retomada e ampliada em 2013.

2.2.7 – Intensificar a fiscalização sobre empresas que atuam no mercado financeiro: A redução do número de economistas-fiscais e, principalmente, o quase total esgotamento da principal fonte de informação sobre essas empresas, o site da ANBIMA, levou a drástica redução do resultado obtido neste segmento, tanto no número de novos processos como no número de registros oriundos de processos da fiscalização. Porém, com a entrada de novos economistas-fiscais e a assinatura do convênio com a CDL-Rio, para obtenção de informações sobre as pessoas jurídicas que atuam neste mercado, registradas na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, a atividade será retomada e ampliada em 2013.

ANO	QUANTIDADE	VARIAÇÃO %
2011	62	-
2012	7	-88

2.2.8 - Fiscalizar as grandes empresas fluminenses onde haja necessidade de economistas: Na reunião do corpo gerencial, realizada no dia 03 de abril de 2012, devido à redução do número de economistas-fiscais, ficou decidida a transferência da ação para o exercício de 2013.

2.2.9 – Retomar as ações de fiscalização sobre secretarias de fazenda e planejamento, estadual e municipais e em outros órgãos públicos onde haja potencial desempenho de atividades privativas dos economistas: No processo de solicitação de listagem dos bacharéis em Ciências Econômicas que trabalham nas Secretarias de fazendas municipais, de planejamento estadual e outros órgãos públicos, somente as instituições que se caracterizam como outros órgãos públicos tiveram abertos processos contra elas. Conseqüentemente, em relação às Secretarias de fazendas municipais, de planejamento estadual, não foram realizadas ações no ano de 2012.

2.2.10 – Pactuar convênios que ampliem o acesso a base de dados de Pessoas Jurídicas prestadoras de serviços de economia e finanças, a exemplo da Junta Comercial do Estado e do Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas: Pactuamos convênio com o Clube de Diretores Lojistas do Rio de Janeiro (CDL-RIO) para o fornecimento de informações sobre empresas prestadoras de serviços de economia e finanças, de acordo com os códigos de atividades estabelecidos na Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE), e registradas na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (JUCERJA). Em relação ao Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas (RCPJ), houve diversas tentativas por parte do Conselho, no sentido de pactuar um convênio entre as duas instituições. Entretanto, o RCPJ não demonstrou qualquer interesse até então. Considerando que aquele Cartório possui vasto cadastro de pessoas jurídicas relacionadas à atividade econômico-financeira, novas tentativas serão feitas em 2013. Do convênio firmado com o CDL Rio, foram iniciados 5 (cinco) processos de fiscalização de pessoas jurídicas por falta de registro.

Além disso, o COFECON estabeleceu convênio com o Ministério do Trabalho e emprego e obteve o Relatório Anual de Informações Sócias (RAIS). Tal ferramenta, não demonstrou ser fonte fidedigna no que diz respeito ao seu objetivo principal que era fornecer informações sobre possíveis Bacharéis em Ciências Econômicas desempenhando atividades de economista sem o devido registro, porém, se revelou boa fonte de informação secundária sobre empresas empregadoras de Bacharéis em Ciências Econômicas.

2.2.11 – Publicar versão atualizada da cartilha informativa sobre a ação da fiscalização utilizando-a como parte das ações preventivas sobre a obrigatoriedade do registro profissional: A ação depende da finalização do manual de rotinas e procedimentos da Secretaria, objeto da ação 2.2.14, ainda em curso.

2.2.12 – Realizar campanhas de esclarecimento, junto aos profissionais e estudantes de economia, quanto aos aspectos legais da profissão: No que diz respeito aos estudantes, a ação foi adiada para o exercício de 2013, em função da redução do número de economistas-fiscais, pois sua execução ocorrerá em conjunto com a de número 2.1.4. Porém, foi elaborado pela Secretaria de Fiscalização um banco de dados com os contatos dos alunos formados em Ciências Econômicas, nos últimos anos, pela UFRJ, FGV, PUC e IBMEC. Isto permitiu dar celeridade à abertura de alguns processos de fiscalização e, no caso dos Bacharéis desta base de dados em relação aos quais não foram encontradas evidências da efetiva atuação na área de economia e finanças, foram enviados vinte e sete (27) ofícios informativos, com esclarecimentos sobre função institucional da Autarquia e a obrigatoriedade legal do registro profissional para os que atuem na área de economia e finanças.

2.2.13 - Realizar campanhas de divulgação da profissão aos estudantes secundaristas: Ação adiada para o exercício de 2013 em função da redução do número de economistas-fiscais.

2.2.14 – Concluir a reestruturação e consolidação do Manual de Rotinas e Procedimentos da Secretaria de Fiscalização: O manual está sendo objeto de revisão e aprimoramento capaz de incorporar as experiências adquiridas ao longo dos últimos anos pela Secretaria. Este processo já possibilitou a elaboração de 95 modelos de documentos a serem usados durante os processos de fiscalização, sendo 56 referentes a pessoas físicas e 39 à pessoas jurídicas.

2.2.15 – Inaugurar linha de ação voltada para a fiscalização de consultorias prestadas por professores de economia e finanças, sem registro profissional: A estratégia adotada para dar consequência a esta ação foi iniciada com a elaboração de banco de dados contendo informações sobre os professores das universidades Candido Mendes, UFRJ, UFF, UERJ IBMEC, FGV e Mackenzie. A abertura dos respectivos processos de fiscalização foram postergadas em função da redução do número de economistas-fiscais.

2.2.16 – Aprimorar os mecanismos e a metodologia de fiscalização dos concursos públicos, buscando torná-la mais eficaz, e intensificá-la: A alteração da rotina de fiscalização dos concursos, apontada na ação 2.1.13, deu conta deste desafio.

2.2.17 – Estender a atuação da Secretaria de Fiscalização aos municípios do interior: A execução da ação foi adiada, em função da redução do número de economistas-fiscais.

2.2.18 – Duplicar o número de pessoas físicas e jurídicas fiscalizadas em 2011: O Programa de Trabalho de 2012 foi elaborado em momento anterior a reestruturação ocorrida na Secretaria de Fiscalização, com a transferência do então Secretário para a chefia da Secretaria de Registros, em março daquele ano. A redução do número de economistas-fiscais, decorrente, comprometeu a possibilidade de executar esta ação.

2.2.19 – Elevar o número de registros de Pessoas Físicas e Jurídicas: A transferência do Economista Josivaldo de Lira da chefia da Secretaria de Fiscalização para a de Registros, a partir de março de 2012, levou a frustração desta meta. Ademais, praticamente esgotamos a capacidade da principal fonte de informação sobre empresas atuantes no mercado financeiro, o site da ANBIMA, tal esgotamento levou a redução drástica tanto no número de novos processos como no número de registros de Pessoas Jurídicas oriundo de processos da fiscalização. Com relação à redução no número de registro de Pessoas Físicas, tal fato justifica-se pela redução do quadro efetivo de fiscais. Cabe ressaltar que se compararmos o número de registros de 2010 com o de 2012, tanto de Pessoa Física como de Pessoa Jurídica, houve um aumento na quantidade de registros, correspondendo a uma variação de 67% e 250% respectivamente. Esta comparação é plausível, pois nestes anos (2010 e 2012) o setor de Fiscalização contava somente com um economista fiscal.

Pessoa Física

ANO	QUANTIDADE	VARIAÇÃO %	VALOR	VARIAÇÃO %
2006	2	-	648,9	-
2007	10	400	2.836,21	337
2008	11	1	3.193,63	11
2009	26	136	7.800,00	144
2010	40	54	12.560,00	61
2011	83	107	19.655,37	56
2012	67	-19	18.023,31	-8

Pessoas Jurídicas

ANO	QUANTIDADE	VARIAÇÃO %	VALOR	VARIAÇÃO %
2006	0	0	5.651,10	-
2007	0	0	24.699,83	337
2008	0	0	24.478,96	1
2009	10	100	32.310,84	32
2010	2	-80	1.088,58	-97
2011	39	1.850	32.500,04	2.885
2012	7	-82	8.522,06	-73

2.2.19.1 – Empresas que se registraram no exercício a partir do trabalho da Fiscalização:

Empresa	Capital Social	Ramo de atividade	Ação tomada
Polo Gestão de Recursos Ltda	227.353,00	Mercado financeiro	Registro
Vinci Gestora de Recursos Ltda	9.391.000,00	Mercado financeiro	Registro
Kyros Gestão de Recursos Ltda	200.000,00	Mercado financeiro	Registro
Gávea Investimentos Ltda	1.955.264,73	Mercado financeiro	Registro
Plural Capital Gestão de Recursos Ltda	41.473.520,00	Mercado financeiro	Registro
Behavior Gestão de Capital Ltda	50.000,00	Mercado financeiro	Registro
Bolivar, Urbani & Associados Consultoria Financeira Ltda	10.000,00	Consultoria/Assessoria	Registro

2.2.20 – Implantar efetivo processo de cobrança de crédito tributário: São adotados, no âmbito da Secretaria de Registro, dois procedimentos para a cobrança dos créditos tributários não liquidados. Para os débitos que se encontram em aberto e que ainda podem ser objeto de processos judiciais, por não haverem atingido o prazo prescricional, emitimos re-cobranças dos débitos atualizados, realizadas através de boleto bancário, e encaminhadas aos economistas e empresas inadimplentes, sem a necessidade de ação judicial. O segundo, onde pode ser necessário o ajuizamento de ação será tratado no item 2.3.2. Este ano foram realizadas duas re-cobranças, cujos resultados foram os abaixo discriminados:

Pessoa Física

VENCIMENTO	VALOR RECEBIDO
31/05/2012	89.425,81
30/11/2012	91.226,97
Total	180.652,78

Pessoa Jurídica

VENCIMENTO	VALOR RECEBIDO
31/05/2012	11.889,56
30/11/2012	33.920,99
Total	45.810,55

Consolidado

VENCIMENTO	VALOR RECEBIDO
31/05/2012	180.652,78
30/11/2012	45.810,55
Total	226.463,33

2.2.20.1 – Localização de Pessoas Físicas e Jurídicas: Esta ação consiste em localizar empresas e economistas cujos endereços estão desatualizados no Sistema de Cadastro. No exercício ela não foi realizada na Secretaria de Fiscalização, em função da redução do número de economistas-fiscais.

Pessoas Físicas

ANO	TOTAL	VARIAÇÃO %
2007	118	-
2008	26	-78
2009	11	-58
2010	0	-100
2011	59	100
2012	0	-100

Pessoas Jurídicas

ANO	TOTAL	VARIAÇÃO %
2007	7	-
2008	45	543
2009	20	-56
2010	0	-100
2011	7	100
2012	0	-100

Consolidado

ANO	TOTAL	VARIAÇÃO %
2007	125	-
2008	71	-57
2009	31	-44
2010	0	-100
2011	66	100
2012	0	-100

Fontes das localizações

ANO	RECEITA FEDERAL	PROCOB	JORNAIS	DENÚNCIAS	TOTAL	%
2007	-	-	-	-		-
2008	-	-	-	-		-
2009	-	-	-	-		-
2010	-	-	-	-		-
2011	-	-	66	-	66	100
2012	0	0	0	0	0	(100)

2.2.20.2 - Processos abertos: Apesar de haver operado com apenas um economista-fiscal a partir de março, o número de processos de fiscalização abertos contra pessoas físicas elevou-se em 9%. Contribuiu para este resultado a elaboração do banco de dados dos alunos formados em Ciências Econômicas, nos últimos anos, pela UFRJ, IBMEC, FGV e PUC. Com relação às pessoas jurídicas, houve uma queda de 48% no número de processos de fiscalização abertos. Além da redução do número de fiscais, contribuiu para este resultado o esgotamento, quase total, da principal fonte de informações sobre empresas que atuam no mercado financeiro, o site da ANBIMA.

Pessoa Física

ANO	QUANTIDADE	VARIAÇÃO %
2006	0	-
2007	0	-
2008	26	-
2009	92	254
2010	93	1
2011	109	17
2012	119	9

Pessoa Jurídica

ANO	QUANTIDADE	VARIAÇÃO %
2006	75	-
2007	167	123
2008	90	-46
2009	22	-76
2010	26	18
2011	79	204
2012	41	-48

2.2.20.3 Ofícios enviados: Pela mesma razão explicitada, em relação à ação anterior, também houve redução do número de ofícios enviados. Registre-se, entretanto, em ambos os casos, que ela foi proporcionalmente menor do que o corte no número de economistas-fiscais verificado no período.

Pessoas Físicas

ANO	QUANTIDADE	VARIAÇÃO %
2007	-	-
2008	-	-
2009	138	-
2010	741	437
2011	297	-60
2012	285	-4

Pessoas Jurídicas

ANO	QUANTIDADE	VARIAÇÃO %
2007	-	-
2008	-	-
2009	39	
2010	489	1.153
2011	185	-62
2012	95	-48

2.2.20.4 – Notificações emitidas: Evoluíram 11% em relação as pessoas físicas e registraram queda de 21% no caso das pessoas jurídicas, perfazendo um total de 187 emissões.

Pessoas físicas

ANO	QUANTIDADE	VARIAÇÃO %
2007	-	-
2008	-	-
2009	26	-
2010	20	-23
2011	109	445
2012	121	11

Pessoas jurídicas

ANO	QUANTIDADE	VARIAÇÃO %
2007	-	-
2008	-	-
2009	7	-
2010	18	157
2011	84	367
2012	66	-21

2.2.20.5 – Autos de Infração: O volume de autos de infração lavrados teve uma queda de 1% para pessoas físicas e de 42% para pessoa jurídica, perfazendo um total de 97 autos emitidos.

Pessoas físicas

ANO	QUANTIDADE	VARIAÇÃO %
2007	-	-
2008	-	-
2009	6	-
2010	6	0
2011	72	1.100
2012	70	-1

Pessoas jurídicas

ANO	QUANTIDADE	VARIAÇÃO %
2007	-	-
2008	-	-
2009	1	100
2010	6	500
2011	47	683
2012	27	-42

2.2.20.6 – Multas aplicadas: A quantidade de multas aplicadas a pessoas físicas aumentou 42%. Em relação a pessoas jurídicas, foram lavradas 6 multas em 2012, representando uma queda de 71%. Quanto aos valores, houve acréscimo de 42% e decréscimo de 71%, respectivamente. Estima-se que a maior parte dos valores ingresse efetivamente a partir de 2013, dado que algumas precisarão ser cobradas por execução fiscal.

Pessoa Física

ANO	QUANTIDADE	VARIAÇÃO %	VALOR	VARIAÇÃO %
2006	0	0	0	0
2007	0	0	0	0
2008	0	0	0	0
2009	6	-	2.100,00	-
2010	3	-50	942	-55
2011	26	767	10.158,70	978
2012	37	42	19.425,00	91

Pessoa Jurídica

ANO	QUANTIDADE	VARIAÇÃO %	VALOR	VARIAÇÃO %
2006	0	0	0	0
2007	0	0	0	0
2008	0	0	0	0
2009	1	-	3.654,55	-
2010	0	-100	0	-100
2011	21	2000	83.569,69	2.187
2012	6	-71	11.131,75	-86

2.2.20.7 – Empresas multadas

Empresa	Valor	Embasamento Legal
MAXIMA ASSET MANAGEMENT LTDA	2.982,05	Negou-se a se registrar
KADIMA GESTÃO DE INVESTIMENTOS LTDA	2.500,00	Negou-se a se registrar
STOCK ASSET MANAGEMENT ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS LTDA	949,85	Negou-se a se registrar
MARCOS DIAS E FILHOS EMPREENDIMENTOS PARTICIPAÇÕES E SERVIÇO	1.250,00	Sem economista responsável técnico
SERFICOM BRASIL	949,85	Negou-se a se registrar
HOPE RECURSOS HUMANOS S/A	2.500,00	Obstruiu a fiscalização

2.2.20.8 – Ações Judiciais geradas por ações da Fiscalização

Empresa	Motivo	Andamento
Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior	Edital	Em andamento.
Empresa de Pesquisa Energética	Edital	Em andamento.
FITCH RATINGS	Negou-se a se registrar	Em andamento.
Kadima Gestão de Investimentos	Negou-se a se registrar	Em andamento.
ASM Asset	Negou-se a se registrar	Em andamento.
ÓRAMA DTVM	Negou-se a se registrar	Em andamento.
BR Investimentos	Negou-se a se registrar	Em andamento.
FCL Capital	Negou-se a se registrar	Em andamento.

2.2.20.9 - Multas recebidas: Em relação à quantidade de multas recebidas, houve uma queda de 50% em relação às pessoas físicas e de 66% no caso das pessoas jurídicas. Vale ressaltar o expressivo valor recebido por uma multa aplicada à FGV em 2011 e quitada no exercício.

Pessoa Física

ANO	QUANTIDADE	VARIAÇÃO %	VALOR	VARIAÇÃO %
2006	0	0	0	0
2007	0	0	0	0
2008	0	0	0	0
2009	1	100	600	100
2010	5	400	1.583,10	164
2011	8	60	2.689,64	70
2012	4	-50	2.100,00	-21

Pessoa Jurídica

ANO	QUANTIDADE	VARIAÇÃO %	VALOR	VARIAÇÃO %
2006	0	0	0	0
2007	0	0	0	0
2008	0	0	0	0
2009	0	0	0	0
2010	1	100	3.654,55	100
2011	3	200	5.497,07	50
2012	1	-66	14.898,21	171

Consolidado

ANO	QUANTIDADE	VARIAÇÃO %	VALOR	VARIAÇÃO %
2006	0	0	0,00	0
2007	0	0	0,00	0
2008	0	0	0,00	0
2009	1	100	600,00	-
2010	6	500	5.237,65	773
2011	11	83	8.186,71	56
2012	5	-55	16.998,21	108

2.2.20.10 – Outras receitas: A Secretaria de Fiscalização também gerou receita da ordem de R\$ 2.205,15 (dois mil, duzentos e cinco reais e quinze centavos), decorrente da recuperação de anuidades vencidas de economistas, responsáveis técnicos ou não, localizados durante processos de fiscalização de empresas. Este tipo de receita merece destaque, pois algumas destas anuidades já não poderiam ser objeto de execução fiscal, por estarem vencidas há mais de cinco anos.

Além delas, também foram obtidas receitas com a emissão de Certidões de Acervo Técnico. Foram 13 Certidões de Acervo Técnico emitidas para economistas, totalizando um valor de R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais) e 4 Certidões de Acervo Técnico emitidas para empresas, totalizando um valor de R\$ 300,00 (trezentos reais).

O valor total de outras receitas foi de R\$ 3.155,15 (três mil cento e cinquenta e cinco reais e quinze centavos).

2.2.21 – Custo operacional comparado a receita gerada¹

ANO	CUSTO OPERACIONAL	RECEITA	%
2008	110.566,58	64.239,47	58
2009	189.631,58	106.975,70	56
2010	192.019,71	128.015,23	67
2011	270.184,51	191.468,57	71
2012	305.186,00	248.851,25	81

2.3 – Potencialização da capacidade financeira

2.3.1 – Elevar o volume da receita obtida com anuidades correntes: O objetivo perseguido era elevar em 10% a receita obtida com as anuidades correntes sobre a verificada em 2011. O resultado consolidado apontou crescimento de 12,27% em relação aos economistas e 25,2% no que diz respeito às pessoas jurídicas, ultrapassando assim a meta estabelecida.

Pessoa física

ANO	TOTAL (R\$)	VARIAÇÃO %
2002	1.611.449,02	-
2003	1.529.343,58	(5)
2004	1.493.703,84	(2)
2005	1.636.103,81	10
2006	1.745.262,96	7
2007	2.069.930,61	19
2008	2.136.586,76	3
2009	2.259.687,32	6
2010	2.259.238,86	(0,02)
2011	2.330.193,85	3
2012	2.616.156,26	12,27

¹ Considerados os efeitos cumulativos da receita gerada pelos registros efetuados em anos anteriores.

Pessoas Jurídicas

ANO	TOTAL (R\$)	VARIAÇÃO %
2002	274.534,80	-
2003	329.283,82	20
2004	323.705,30	(2)
2005	410.085,18	27
2006	463.521,83	13
2007	470.356,83	1
2008	486.133,71	3
2009	459.661,93	(5)
2010	384.872,72	(16)
2011	415.757,80	8
2012	520.544,20	25,2

Arrecadação Consolidada

ANO	TOTAL (R\$)	VARIAÇÃO %
2002	1.885.983,82	-
2003	1.858.627,40	(1)
2004	1.817.409,14	(2)
2005	2.046.188,99	13
2006	2.208.784,79	8
2007	2.540.287,44	15
2008	2.622.720,47	3
2009	2.719.349,25	4
2010	2.644.111,58	(3)
2011	2.745.951,65	4
2012	3.136.700,46	14,23

2.3.2 – Elevar o volume da receita obtida com a cobrança administrativa e judicial de anuidades de exercícios findos: O objetivo era o de elevar em 10% os recebimentos das anuidades vencidas através dos processos administrativos e de execução fiscal. A meta não foi alcançada, tendo sido de mais de 30% a redução dos valores arrecadados em relação ao ano anterior, do ponto de vista consolidado. Este desempenho se deve a consolidação, na quase totalidade das varas federais de execução fiscal, durante o exercício, do entendimento de que, os conselhos federais de fiscalização profissional, não possuíam prerrogativa legal para fixar o valor

das anuidades por meio de Resoluções. A tendência é que o declínio só seja revertido a partir de 2016, quando as execuções passarão a estar amparadas na Lei 12.514/11, a partir da qual lhes foi outorgado este direito. Os resultados alcançados podem ser verificados nos quadros demonstrativos abaixo.

**Pessoas Físicas
Fase Administrativa**

ANO	RECEITA	VARIAÇÃO %
2008	294.903,54	-
2009	-	-
2010	-	-
2011	-	-
2012	136.357,84	-

**Pessoas Físicas
Fase Executiva**

ANO	RECEITA	VARIAÇÃO %
2008	218.210,90	-
2009	-	-
2010	-	-
2011	-	-
2012	315.577,27	-

**Pessoas Jurídicas
Fase Administrativa**

ANO	RECEITA	VARIAÇÃO %
2008	112.188,85	-
2009	-	-
2010	-	-
2011	-	-
2012	13.643,93	-

**Pessoas Jurídicas
Fase Executiva**

ANO	RECEITA	VARIAÇÃO %
2008	55.839,81	-
2009	-	-
2010	-	-
2011	-	-
2012	68.441,23	-

Arrecadação Consolidada

ANO	RECEITA	VARIAÇÃO %
2005	258.133,45	-
2006	837.265,53	224
2007	626.566,77	(25)
2008	681.143,10	9
2009	643.210,64	(6)
2010	684.278,47	6
2011	767.297,24	12
2012	534.020,27	(30,40)

2.3.2.1 - Arrecadação potencial referente ao tratamento da Política de Inadimplência gerada em 2012: Em função das restrições impostas pelo poder judiciário, o potencial refletido na tabela abaixo só será integralizado parcialmente.

DÍVIDA ATIVA - FASE EXECUTIVA

PESSOA FÍSICA	QTDE	VALOR R\$
Inscrição – Lançamentos em 2012	313	644.151,20

PESSOA JURÍDICA	QTDE	VALOR R\$
Inscrição – Lançamentos em 2012	224	410.602,62

CONSOLIDADO (PF + PJ)	QTDE	VALOR R\$
Inscrição – Lançamentos em 2012	537	1.054.753,82

2.3.3 – Prosseguimento do processo de atualização e refinamento das informações cadastrais das pessoas físicas e jurídicas: Foram atualizados 2.066 endereços e dados cadastrais de pessoas físicas e jurídicas, por meio de consultas aos cadastros da Receita Federal, da Procob - Soluções em Informática, contratada pelo CORECON-RJ, telefone, Internet e outros. Verifica-se que em 2012 houve interrupção na queda observada desde 2008, referente à localização das pessoas físicas. Quanto às pessoas jurídicas, a queda observada em 2011 também foi interrompida, tendo apresentado crescimento de 40%.

Atualização de endereços

ANO	PESSOAS FÍSICAS	VARIAÇÃO %	PESSOAS JURÍDICAS	VARIAÇÃO %
2005	4.141	-	1.011	-
2006	3.948	(5)	257	(75)
2007	4.045	2	436	70
2008	3.298	(18)	353	(19)
2009	2.808	(15)	406	15
2010	1.720	(39)	433	7
2011	1.443	(16)	191	(56)
2012	1.799	24	267	40

Origem das atualizações²

ANO	RECEITA FEDERAL	PROCOB	TELEFONE E INTERNET	OUTROS ³	TOTAL
2005	-	-	-	-	-
2006	-	-	-	-	-
2007	-	-	-	-	-
2008	-	-	-	-	-
2009	78	202	260	2.268	2.808
2010	9	104	17	1.590	1.720
2011	46	76	153	1.168	1.443
2012	106	75	160	1.725	2.066

² Nas três primeiras colunas predominam as atualizações cadastrais efetuadas a partir da devolução de correspondências endereçadas a pessoas físicas.

³ A categoria "Outros" inclui contatos feitos por iniciativa dos interessados, por qualquer meio, e atualizações não registradas no campo próprio do Sistema de Cadastro.

2.3.4 – Efetuar recadastramento das pessoas físicas inscritas, durante a substituição das carteiras de identificação profissional: Foram efetuados 497 recadastramentos, representando queda de 41% em relação ao exercício anterior.

Recadastramentos

ANO	PESSOAS FÍSICAS	VARIAÇÃO %
2009	90	-
2010	2.603	2.792
2011	848	(67)
2012	497	(41)

2.3.5 – Ampliar o número de pessoas físicas e jurídicas registradas: O objetivo era elevar em 5% o número de novos registros em relação ao exercício de 2011. Em relação às pessoas físicas houve um crescimento de 2%, ficando 60% abaixo da meta estabelecida. No caso das pessoas jurídicas, observa-se uma queda de 78% em relação ao ano de 2011, explicada pela reestruturação administrativa realizada em março de 2012, quando a Secretaria de Fiscalização sofreu redução de 50% em seu quadro de economistas-fiscais.

Pessoas Físicas

ANO	TOTAL	VARIAÇÃO %
2005	273	-
2006	353	29
2007	285	(19)
2008	394	38
2009	294	(25)
2010	325	10
2011	276	(13)
2012	282	2

Pessoas Jurídicas

ANO	TOTAL	VARIAÇÃO %
2005	13	-
2006	12	(8)
2007	16	33
2008	15	(6)
2009	23	53
2010	11	(52)
2011	50	355
2012	11	(78)

2.3.5.1 – Evolução do perfil dos registros

2.3.5.1.1 – Registros por região do Estado: A distribuição dos registros de pessoas físicas por regiões geográficas não sofreu alterações significativas, mas em relação ao ano anterior fechamos o exercício com menos 92 economistas no estado, representando queda aproximada de 1%. Em relação às pessoas jurídicas, as oscilações por região também não foram dignas de nota, mas em relação ao ano anterior, fechamos o ano com menos 135 empresas registradas no Estado, significando redução de 8%. É importante lembrar que no nosso cadastro constam economistas e empresas cujos domicílios estão localizados em outros Estados da Federação.

Pessoas Físicas

REGIÃO	CIDADES	2010	2011	2012	VARIAÇÃO %
Capital	Rio de Janeiro	10.255	10.119	10.036	(1)
Baixada Fluminense	Duque de Caxias; São João de Meriti; Nova Iguaçu; Mesquita; Japeri; Seropédica; Belford Roxo; Nilópolis e Queimados.	207	209	198	(5)
Niterói	Niterói	1.364	1.323	1.319	(0,3)
Metropolitana de Niterói	São Gonçalo; Magé; Guapimirim; Itaboraí e Tanguá.	173	181	179	(1)
Baixada Litorânea	Maricá; Saquarema; Araruama; Iguaba Grande; São Pedro D'Aldeia; Arraial do Cabo; Cabo	184	190	201	6



	Frio; Armação de Búzios; Rio das Ostras; Casemiro de Abreu; Silva Jardim; Rio Bonito e Cachoeiras de Macacu.				
Norte Fluminense	Macaé; Conceição de Macabu; Carapebus; Quissamã; Campos dos Goytacazes; São João da Barra; Cardoso Moreira; São Fidélis e São Francisco de Itabapoana.	161	158	160	1
Serrana	Petrópolis; Teresópolis; Nova Friburgo; Sumidouro; Duas Barras; Carmo; Cantagalo; Bom Jardim; Cordeiro; Macuco; Santa Maria Madalena; Trajano de Moraes e São Sebastião do Alto.	324	328	321	(2)
Centro-Sul Fluminense	Paracambi; Engenheiro Paulo de Frontin; Vassouras; Miguel Pereira; Paty do Alferes; Paraíba do Sul; Três Rios; Sapucaia; Comendador Levy Gasparian e São José do Vale do Rio Preto.	62	64	66	3
Noroeste Fluminense	Itaocara; Aperibe; Cambuci; Santo Antônio de Pádua; Miracema; São José de Ubá; Itaperuna; Italva; Laje do Muriaé; Natividade; Porciúncula; Varre-Sai e Bom Jesus do Itabapoana.	20	19	18	(5)
Médio Paraíba	Rio Claro; Piraí; Pinheiral; Barra Mansa; Barra do Piraí; Itatiaia; Resende; Quatis; Valença; Rio das Flores; Visconde de Mauá; Penedo; Porto Real; Conservatória; Volta Redonda e Mendes.	238	239	231	(3)
Baía da Ilha Grande	Ilha Grande; Paraty; Angra dos Reis; Mangaratiba e Itaguaí.	41	39	41	(5)
TOTAL		13.029	12.869	12.777	(1)



Pessoas Jurídicas

REGIÃO	CIDADES	2010	2011	2012	VARIAÇÃO %
Capital	Rio de Janeiro	1.170	1.073	1.050	(2)
Baixada Fluminense	Duque de Caxias; São João de Meriti; Nova Iguaçu; Mesquita; Japeri; Seropédica; Belford Roxo; Nilópolis e Queimados.	8	6	8	33
Niterói	Niterói	30	27	27	0
Metropolitana de Niterói	São Gonçalo; Magé; Guapimirim; Itaboraí e Tanguá.	11	10	9	(10)
Baixada Litorânea	Maricá; Saquarema; Araruama; Iguaba Grande; São Pedro D'Aldeia; Arraial do Cabo; Cabo Frio; Armação de Búzios; Rio das Ostras; Casemiro de Abreu; Silva Jardim; Rio Bonito e Cachoeiras de Macacu.	24	21	25	19
Norte Fluminense	Macaé; Conceição de Macabu; Carapebus; Quissamã; Campos dos Goytacazes; São João da Barra; Cardoso Moreira; São Fidélis e São Francisco de Itabapoana.	2	2	2	0
Serrana	Petrópolis; Teresópolis; Nova Friburgo; Sumidouro; Duas Barras; Carmo; Cantagalo; Bom Jardim; Cordeiro; Macuco; Santa Maria Madalena; Trajano de Moraes e São Sebastião do Alto.	14	14	15	7
Centro-Sul Fluminense	Paracambi; Engenheiro Paulo de Frontin; Vassouras; Miguel Pereira; Paty do Alferes; Paraíba do Sul; Três Rios; Sapucaia; Comendador Levy Gasparian e São José do Vale do Rio Preto.	5	6	7	17
Noroeste Fluminense	Itaocara; Aperibe; Cambuci; Santo Antônio de Pádua; Miracema; São José de Ubá;	2	1	1	0

	Itaperuna; Italva; Laje do Muriaé; Natividade; Porciúncula; Varre-Sai e Bom Jesus do Itabapoana.				
Médio Paraíba	Rio Claro; Pirai; Pinheiral; Barra Mansa; Barra do Pirai; Itatiaia; Resende; Quatis; Valença; Rio das Flores; Visconde de Mauá; Penedo; Porto Real; Conservatória; Volta Redonda e Mendes.	4	3	4	0
Baía da Ilha Grande	Ilha Grande; Paraty; Angra dos Reis; Mangaratiba e Itaguaí.	0	1	1	0
Total		1.270	1.164	1.149	(1)

2.3.5.1.2 – Natureza da situação cadastral por faixa etária e sexo:

2010

FAIXA ETÁRIA	DEFINITIVOS	PROVISÓRIOS	CANCELADOS	REMIDOS	NOVOS
20 – 35	1.724	191	148	0	245
36 – 45	2.108	161	488	0	41
46 – 55	3.460	36	1.507	0	21
56 – 65	3.785	19	2.323	0	9
+ de 65	1.478	2	2.367	1.897	3
Total	12.555	409	6.833	1.897	319
Masculino	9.674	259	5.145	1.703	215
Feminino	2.881	150	1.688	194	104
% Masculino	77	63	75	90	67
% Feminino	23	37	25	10	33

2011

FAIXA ETÁRIA	DEFINITIVOS	PROVISÓRIOS	CANCELADOS	REMIDOS	NOVOS
20 – 35	1.690	154	164	0	208
36 – 45	2.021	189	566	0	52
46 – 55	3.238	36	1.666	0	14
56 – 65	3.691	20	2.767	106	4

+ de 65	1.544	2	2.878	2.171	4
Total	12.184	401	8.041	2.277	282
Masculino	9.339	254	6.064	1.931	188
Feminino	2.845	147	1.977	346	94
% Masculino	77	63	75	85	67
% Feminino	23	37	25	15	33

2012

FAIXA ETÁRIA	DEFINITIVOS	PROVISÓRIOS	CANCELADOS	REMIDOS	NOVOS
20 – 35	1.684	147	144	0	184
36 – 45	2.082	238	565	5	66
46 – 55	3.011	53	1.581	2	27
56 – 65	3.634	20	2.810	79	5
+ de 65	1.769	8	3.239	2.210	2
Total	12.180	466	8.339	2.296	284
Masculino	9.307	317	6.287	1.941	219
Feminino	2.873	149	2.052	355	65
% Masculino	76	68	75	85	77
% Feminino	24	32	25	15	23

2.3.5.2 - Fatos geradores dos cancelamentos de registros de pessoas físicas: Desde 2010, quando iniciamos o mapeamento deste indicador, a principal razão alegada em pedidos de cancelamento de registro é a do não exercício da profissão ou desemprego. O que se constata é que continua sendo esta a principal razão para os cancelamentos formalizados no Conselho. Este dado é preocupante por revelar a indisponibilidade de postos de trabalho para economistas ou sua ocupação por outros profissionais. As duas segundas maiores são o falecimento e a aposentadoria, que apresentaram queda significativa em 2012, comparativamente a 2011.

MOTIVO	2010	%	2011	%	2012	%
Aposentadoria	98	22	156	27	92	22
Falecimento	109	25	184	31,4	135	32
Transferência	13	3	18	3,1	12	3
Não exercício da profissão/Desemprego	210	47	219	37	174	41
Doença	10	2,3	3	0,5	7	2
Decisão Judicial	3	0,7	6	1	6	1
Total	443	100	586	100	426	100

2.3.5.3 - Correlação entre registros novos, cancelados e remidos: A partir de 2010 foi iniciada a verificação da capacidade de reter parte do total de economistas que deixariam de pagar anuidades. O resultado deveu-se, em grande parte, a decisão tomada pelo Plenário, naquele exercício, de suspender a concessão automática de registros remidos. O ingresso de novos economistas e a redução do número de pedidos de cancelamento concedidos contribuiu em menor grau para o resultado. Em 2012 voltamos a ganhar algum terreno nesta correlação, pois, embora o número de registros remidos tenha crescido um pouco, o número de novos registros também subiu, mas o número de cancelamentos concedidos caiu significativamente.

ANO	NOVOS	REMIDOS (A)	CANCELAMENTOS ⁴ (B)	TOTAL (A+B)	RELAÇÃO % NOVOS/ (A+B)
2005	273	37	498	535	51
2006	353	510	693	1.203	29
2007	285	406	500	906	31
2008	394	416	543	959	41
2009	294	214	486	700	42
2010	325	67	321	388	84
2011	276	35	586	621	44
2012	282	40	426	466	61
TOTAL	2.482	1.725	4.053	5.778	43

2.3.5.4 - Fatos geradores dos cancelamentos de registros de pessoas jurídicas: O carro-chefe dos cancelamentos de registro de pessoas jurídicas foi o encerramento de atividades em 2011. Em 2012 o quadro apresentado continua sendo a continuidade de cancelamentos, porém, houve uma redução aproximada de 30% em relação a 2011. Deve-se levar conta ainda que na rubrica “encerramento de atividades” do quadro demonstrativo, encontram-se também classificadas as empresas canceladas por já estarem com os respectivos CPNJ’s baixados na Receita Federal, sendo esta uma ação de saneamento do cadastro de pessoa jurídica.

MOTIVO	2010	%	2011	%	2012	%
Encerramento das atividades	49	83	172	89	115	85
Transferência	2	3	1	0,5	0	0
Alteração do Objeto Social	5	8	11	6	15	11
Incorporação	2	3	8	4	3	2
Decisão Judicial	2	3	1	0,5	2	1
Total	60	100	193	100	135	100

⁴ A partir de 2009 na coluna cancelamentos estão computados os falecimentos e transferências.

2.3.5.4.1 - Correlação entre registros novos e cancelamentos de pessoas jurídicas: Em 2010 tivemos desempenho sofrível na tentativa de repor parte do total de empresas que deixaram de pagar anuidades, por terem cancelado seus registros. Em 2011 a correlação foi um pouco melhor, refletindo o trabalho desenvolvido pela Secretaria de Fiscalização. Já em 2012 voltamos a ter pior desempenho, explicado pela redução de 50% no número de economistas-fiscais a partir do mês de março.

ANO	NOVOS (A)	CANCELAMENTOS (B)	REPOSIÇÃO %
2005	13	35	37
2006	12	67	18
2007	16	60	27
2008	15	73	21
2009	23	57	40
2010	11	60	18
2011	50	193	26
2012	11	135	8
TOTAL	151	678	22

2.3.5.5 – Evolução do número de Pessoas Físicas com registros definitivos em situação ativa: Mantendo a tendência observada em 2011, o quadro apresenta redução aproximada da ordem de 1% em relação ao número absoluto observado em 2011. Tal redução é menor que a verificada naquele exercício, porém, continua sendo resultante da manutenção de elevado número de cancelamentos em 2012.

ANO	TOTAL	VARIAÇÃO %
2005	12.899	-
2006	13.372	4
2007	13.803	3
2008	12.065	(13)
2009	11.698	(3)
2010	12.590	8
2011	12.259	(3)
2012	12.182	(1)

2.3.5.6 – Evolução do número de Pessoas Físicas adimplentes: Ao contrário do último exercício o resultado foi positivo, pois 6 economistas foram incluídos nesta categoria.

ANO	TOTAL	VARIAÇÃO %
2005	8.412	-
2006	8.745	4
2007	7.774	(11)
2008	7.492	(4)
2009	7.442	(0,7)
2010	7.670	3
2011	7.569	(1)
2012	7.575	1

2.3.5.7 – Redução marginal do número de Economistas em Condição de voto: Em 2012 verifica-se a continuidade no decréscimo do indicador, na medida em que 57 economistas deixaram de pertencer a esta categoria. A participação dos remidos no ECV aumentou três pontos percentuais em função da redução do número de economistas em situação ativa.

ANO	TOTAL	VARIAÇÃO %
2005	9.121	-
2006	9.879	8
2007	9.260	(6)
2008	9.440	2
2009	9.628	2
2010	9.953	3
2011	9.883	(0,7)
2012	9.826	(0,5)

Participação dos registros remidos no ECV

ANO	ECV	REMIDOS ⁵	PARTICIPAÇÃO %
2005	9.121	757	8
2006	9.879	1.125	11
2007	9.260	1.504	16
2008	9.440	1.911	20
2009	9.628	2.120	22
2010	9.953	1.897	20
2011	9.883	1.932	20
2012	9.826	2.241	23

2.3.5.7.1 - Economistas em condições de obter registro remido: Iniciamos no exercício de 2011 o controle do estoque de registros remidos que podem vir a ser solicitados. O volume existente em 2012, pode impactar em 11,32% o total de economistas que pagam anuidades atualmente.

ANO	HOMENS	MULHERES	TOTAL	VARIAÇÃO %
2011	1.542	333	1.875	-
2012	761	103	864	(54)

2.3.5.8 – Variação do número de Pessoas Jurídicas em situação ativa: O ritmo da queda neste segmento iniciado em 2008 continuou. Foram 135 empresas que deixaram de estar em situação cadastral ativa em 2012. A redução é resultado, em sua grande maioria, de um processo de saneamento cadastral, uma vez que muitas empresas que ainda se encontram como ativas no Cadastro do Conselho, já estão baixadas junta a Receita Federal. A expectativa é de manutenção da tendência tendo em vista que, pelo terceiro ano consecutivo, foi possível aplicar a Política de Tratamento da Inadimplência para Pessoas Jurídicas. O ajuizamento de ações de execução fiscal revela significativo número de empresas que, embora constem de nosso cadastro como ativas, já encerraram suas atividades.

⁵ O relatório emitido a partir do Siscaf w apresentou número de remidos superior ao dos controles da Secretaria de Registros. Optamos por utilizar os dados compilados por esta última.

ANO	TOTAL	VARIAÇÃO %
2005	1.708	-
2006	1.781	4
2007	1.810	2
2008	1.721	(5)
2009	1.680	(2)
2010	1.625	(3)
2011	1.485	(9)
2012	1.350	(9)

2.3.5.9 – Variação do número de Pessoas Jurídicas adimplentes: A tendência de redução iniciada a partir de 2010 continua. Em relação ao exercício anterior, observou-se nova queda, desta vez da ordem de 6%. No exercício encerrado 26 empresas deixaram a condição de adimplentes, contra 11 em 2011.

ANO	TOTAL	VARIAÇÃO %
2005	443	-
2006	463	5
2007	475	3
2008	458	(4)
2009	477	4
2010	452	(5)
2011	441	(2)
2012	415	(6)

2.3.5.10 – Redução do número de processos de renegociação de débitos: No que diz respeito às pessoas físicas houve redução da ordem de 49%, representando menos 298 processos em relação ao exercício anterior. Essa tendência firme de queda, no número de devedores que evitavam os processos de execução fiscal, ou buscavam sua suspensão, via acordos de parcelamento, vem se mantendo desde 2007. Ela é decorrente em larga medida, do arquivamento de processos por parte das varas federais de execução fiscal em função da falta de legalidade já apontada no item 2.3.2. A mesma tendência se faz presente em relação às pessoas jurídicas, em relação as quais nova redução da ordem de 11%, porém em escala menor do que as verificadas em 2008 e 2009. A queda representou três renegociações a menos do que em 2011.

Pessoas Físicas

ANO	TOTAL	VARIAÇÃO %
2005	1.405	-
2006	1.898	35
2007	1.668	(12)
2008	1.336	(20)
2009	1.163	(13)
2010	807	(31)
2011	611	(24)
2012	313	(49)

Pessoas Jurídicas

ANO	TOTAL	VARIAÇÃO %
2005	120	-
2006	182	52
2007	1.007	453
2008	133	(87)
2009	23	(83)
2010	31	35
2011	27	(13)
2012	24	(11)

2.4 – Aprimorar a Estrutura Administrativa

2.4.1 – Finalizar o processo de reestruturação da Secretaria de Registros a partir da elaboração de plano de ações capaz de revisar e aperfeiçoar seu desempenho e da manualização de seus procedimentos: O escopo da ação sofreu significativa alteração, a partir do mês de março, quando a Administração concluiu pela impossibilidade de levá-la a cabo, de maneira exitosa, tendo a frente da Secretaria a Administradora Monica de Brito Ziotto. Designado para assumir as funções de Secretário de Registro, o Economista Josivaldo de Lira deixou o cargo de Secretário de Fiscalização e deu início ao processo de reestruturação da Secretaria, cujo objetivo principal é o constante aperfeiçoamento dos serviços prestados ao seu público principal, constituído de economistas e empresas registrados ou em fase de registro. Em seu diagnóstico o profissional apontou como grande desafio aprimorar as rotinas de um Setor constituído de “setores”, formado por

atividades díspares e, ao mesmo tempo, interligadas, onde todo o ciclo da vida profissional dos economistas e empresas acontece. Ali eles iniciam suas vidas profissionais e as encerram. A Secretaria é constituída por três eixos principais, a saber: O registro, a cobrança regular e o tratamento da inadimplência. Aprimorar os segmentos constituintes destes três eixos que se conectam, bem como interligar pontos ainda desconectados, constitui o trabalho que vem sendo desenvolvido desde então. A tarefa tem sido executada em duas linhas de ação, sendo a primeira a observação sobre como estavam sendo executadas as rotinas, considerando a cultura prevalecente até então no Setor, e a segunda a elaboração e incorporação de melhorias contínuas.

No decorrer do ano de 2012, vários procedimentos e processos foram alterados e/ou aprimorados. Todos estes procedimentos estão sendo catalogados, pois o objetivo é que a Secretaria, ainda no ano de 2013, venha a trabalhar com um manual de procedimentos e ações. Neste manual estarão contempladas as ações a serem tomadas diante das diversas situações surgidas no dia-a-dia, fazendo com que todos trabalhem de forma padronizada.

A Secretaria de Registro este ano iniciou um trabalho de saneamento dos processos administrativos dos economistas e empresas. O saneamento consiste em colocar os autos em ordem cronológica e numerá-los. O trabalho foi iniciado junho/2012, e pela média dos processos retirados e devolvidos ao acervo, o número de saneados é o que segue.

Pessoas Físicas

ANO	QUANTIDADE	VARIAÇÃO %
2012	875	-

Pessoas Jurídicas

ANO	QUANTIDADE	VARIAÇÃO %
2012	266	-

Também tem sido realizado trabalho permanente de conscientização dos funcionários do Setor, a fim de que a produtividade e a qualidade dos serviços prestados apresentem uma melhora significativa. Tal conscientização vai desde a postura pessoal, passando pelo relacionamento com os companheiros de Secretaria e com as demais, pela maneira de realizar as atividades profissionais, até o alcance de um excelente atendimento ao público principal, que é aquele formado pelos economistas e empresas registradas.

Há um trabalho em curso de padronização dos procedimentos, mediante melhorias nos diversos formulários existentes na Secretaria, bem como a implementação de ações que visem o cumprimento de normas estabelecidas pelo CORECON-RJ e pelo Conselho Federal de Economia.

Implantou-se também um permanente trabalho de acompanhamento e leitura dos normativos editados pelo Conselho Federal de Economia, a fim de que haja efetivo cumprimento das normas estabelecidas. Procura-se ainda adequar e atualizar os regramentos internos do Conselho, a fim de os mesmos estejam de acordo com as situações novas surgidas no dia-a-dia na Secretaria.

2.4.2 – Ampliar o quadro de empregados da Secretaria de Administração e Finanças tornando possível a internalização de rotinas, a exemplo da conciliação bancária: Através do concurso público nacional, promovido pelo COFECON, será possível contratar mais um assistente administrativo para compor a Secretaria de Administração e Finanças. Entretanto, tal contratação só poderá ser feita em 2013, em virtude da Lei N° 9.504/97.

2.4.3 – Avançar no desenvolvimento de sistema de cadastro, cobrança de anuidades, controle contábil e financeiro, capaz de atender adequadamente as necessidades do Conselho: A execução da ação foi paralisada pelo rompimento do contrato com a empresa que venceu a licitação, por restar comprovada sua ineficiência em relação ao levantamento de rotinas e capacidade para ofertar melhorias em relação a elas. Estamos investindo na possibilidade de pactuar convênio com pessoas físicas ou jurídica que possam executar a ação de forma satisfatória.

2.4.4 – Aprimorar os mecanismos de controle administrativo e de gestão: Na Secretaria de Fiscalização, a ação foi executada por meio da construção de um banco de dados contendo informações sobre os alunos formados em Ciências Econômicas, nos mais variados anos, das seguintes instituições de ensino: IBMEC, FGV, UFRJ e PUC. De um banco de dados de 1.780 anos, foram enviados 42 ofícios para alunos diferentes e destes, 10 viraram registros.

Além disso, houve também a construção de um banco de dados contendo informações de 280 professores das seguintes universidades: IBMEC, FGV, Mackenzie, UCAM, PUC, UFRJ, UFF e UERJ. No ano de 2012, por questões de priorização, não foi aberto nenhum processo para os professores do banco de dados, pois não havia recursos humanos suficiente para a fiscalização atuar nesta ramificação.

2.4.5 – Otimizar os processos de compras e gerenciamento de estoques buscando reduzir custos utilizando o sistema de pregões eletrônicos: No dia 13 de novembro de 2012, foi realizado o primeiro pregão eletrônico do CORECON-RJ, cujo objeto foi a aquisição de material de limpeza através do Sistema de Registro de Preços. O pregão eletrônico foi realizado com sucesso e outros dois pregões referentes à aquisição de material de consumo contínuo (artigos de expediente e gêneros alimentícios) estão sendo elaborados para serem realizados no primeiro trimestre de 2013.

2.4.6 – Aprofundar a política de capacitação e treinamento dos empregados: No exercício a Secretaria de Administração e Finanças recebeu apenas uma demanda encaminhada pela Secretaria de Cursos para capacitação de empregado em design gráfico profissional, a qual foi

atendida. As demais Secretarias não requisitaram qualquer tipo de treinamento para seus empregados.

2.4.7 – Digitalizar o acervo documental da entidade: A execução da ação foi adiada, pois dentre as melhorias de processos a serem implementadas quando o novo Sistema de Cadastro estiver em operação, estará a captura digital de todos os documentos apresentados pelas pessoas jurídicas e físicas em suas interações com o Conselho. A partir deste momento, o passivo documental também será digitalizado.

2.4.8 – Reestruturar o arquivo de registros de forma a ampliar a capacidade de incorporação de novos processos: A principal subação destinada a definir uma política para descarte dos processos de economistas falecidos, não foi executada.

2.4.9 – Continuar ordenando e reorganizando o material bibliográfico armazenado: A ação ficou com sua execução paralisada em função de havermos ficado vários meses sem Bibliotecário, e será retomada no próximo exercício.

2.4.10 – Reunir, organizar e difundir, de acordo com as normas bibliográficas internacionais, o material bibliográfico incorporado ao acervo da Biblioteca: A ação ficou com sua execução paralisada em função de havermos ficado vários meses sem Bibliotecário, e será retomada no próximo exercício.

2.4.11 – Prosseguir com o trabalho de uniformização dos índices de autor, assunto e editora do acervo da Biblioteca: A ação ficou com sua execução paralisada em função de havermos ficado vários meses sem Bibliotecário, e será retomada no próximo exercício.

2.4.12 – Continuar promovendo a descrição de conteúdo dos documentos e sua difusão, bem como a sinalização das informações e das fontes de cada unidade documental do acervo: A ação ficou com sua execução paralisada em função de havermos ficado vários meses sem Bibliotecário, e será retomada no próximo exercício.

2.1.13 – Organizar e manter os catálogos coletivos da Biblioteca: A ação ficou com sua execução paralisada em função de havermos ficado vários meses sem Bibliotecário, e será retomada no próximo exercício.

2.1.14 – Verificar se permanece em condição de uso o acervo da Biblioteca convertido de VHS para DVD: Até o final de 2011 havia sido detectada a existência de 174 unidades de VHS digitalizados, 165 jogos defeituosos, 5 aprovados, 657 a serem verificados e 21 unidades de VHS não digitalizadas. A partir da posse da nova Bibliotecária, em janeiro de 2013, o trabalho será retomado.

2.4.15 – Continuar promovendo o intercâmbio com outras Bibliotecas, possibilitando o acesso a documentos não existentes em nosso acervo: A ação ficou com sua execução

paralisada em função de havermos ficado vários meses sem Bibliotecário, e será retomada no próximo exercício.

2.4.16 – Implementar a integração dos recursos informativos disponíveis de forma a facilitar o acesso à informação: A ação ficou com sua execução paralisada em função de havermos ficado vários meses sem Bibliotecário, e será retomada no próximo exercício.

2.4.17 – Continuar desenvolvendo os produtos e serviços através do espaço reservado a Biblioteca na página do Conselho na Internet: Está disponibilizada na página do Conselho na Internet uma listagem do conteúdo do acervo, acoplada a um sistema de busca. Por meio deste instrumento o usuário pode consultar se a obra desejada existe no acervo, quantos exemplares há para empréstimo domiciliar, se há algum disponível e seu código de localização. A partir da posse da nova Bibliotecária, em janeiro de 2013, será processada a atualização das informações.

2.4.18 – Continuar aplicando a metodologia de avaliação de desempenho profissional desenvolvida em 2010 ao conjunto dos empregados da Autarquia: A avaliação de desempenho voltará a ser aplicada em 2013, para todos os empregados, referente ao desempenho da função no exercício de 2012. Tal avaliação será programada para ser realizada no primeiro trimestre de 2013.

2.4.19 - Licitações realizadas:

2.4.19.1 - Vale Refeição/Alimentação: Com o término da vigência do contrato com a Sodexo Pass, a Secretaria de Administração e Finanças promoveu licitação para contratação de empresa especializada em fornecimento de vales-refeição/alimentação para os empregados do Conselho. Novamente a Sodexo Pass venceu a licitação.

2.4.19.2 - Pintura dos andares: Considerando que a última pintura do 19º andar foi feita em 2006/2007 e a do 16º andar em 2004, a Secretaria de Administração e Finanças promoveu licitação para aquisição de material de pintura e contratação de mão-de-obra para execução dos serviços, de forma a melhorar o aspecto visual das instalações. A empresa Cor de Prata Distribuidora de Material para o Lar Ltda venceu a licitação referente à compra de material de pintura e a empresa Multiline Comércio e Serviços Ltda venceu o certame referente à execução dos serviços. Iniciada em novembro de 2012, a pintura do 16º andar já está concluída e a pintura do 19º esta com sua conclusão prevista para janeiro de 2013.

2.5 - Fortalecer a Imagem Institucional

2.5.1 – Ampliar a capilaridade do CED – Centro de Estudos para o Desenvolvimento: A ação ficou restrita as iniciativas proporcionadas pelos debates realizados.

2.5.2 – Editar publicações contendo o resultado das discussões realizadas no âmbito do CED:

Além de continuar contabilizando o sucesso editorial alcançado pelo livro “Os anos Lula – Contribuições para um balanço crítico 2003-2010”, cuja tiragem inicial se esgotou no primeiro semestre, levando a autorização da edição de pequenas tiragens sucessivas para suprir a demanda, e da continuidade de sua distribuição via e-books, foram divulgados alguns artigos em meios de comunicação próprios, conforme relação abaixo, sem contar os divulgados nas 12 edições do Jornal dos Economistas.

Março

- **A Fraude Previdenciária:** O autor analisa a proposta de modelo previdenciário preconizado pelos bancos, aprovada pela Câmara de Deputados, no bojo do projeto que cria o Fundo de Previdência Complementar dos servidores públicos federais - Funpresp.

Autor: Paulo Passarinho

Abril

- **No reino do curto-prazo:** No artigo o articulista analisa as intenções do governo ao buscar o barateamento do crédito, e suas implicações no que diz respeito à tendência, ainda presente em 2012, de desaceleração do ritmo da atividade econômica.

Autor: Paulo Passarinho

- **Muito antes de Keynes:** Neste trabalho o articulista analisa o milagre econômico inglês que deu origem ao capitalismo moderno.

Autor: José Luis Fiori

Maiο

- **Política Econômica: O IPEA Contra o Governo?** O autor recapitula textos publicados de 2009 a 2011 pelo Instituto de Política Econômica Aplicada, nos quais há críticas, implícitas ou explícitas às políticas econômicas em curso no país.

Autor: João Paulo de Almeida Magalhães

Novembro

- **Eleições e Política Econômica:** O autor analisa a influência do resultado eleitoral na manutenção da atual Política Econômica.

Autor: Paulo Passarinho

Dezembro

2012 - Um ano perdido? Desta feita o articulista analisa os resultados obtidos pelo governo, a partir da explícita intenção da equipe econômica de recuperar o ritmo da atividade produtiva do país, que havia sofrido uma forte desaceleração em 2011, com a expansão de apenas 2,7% do PIB.

Autor: Paulo Passarinho

2013 – O que podemos esperar? O autor discorre sobre os fundamentos da “nova matriz econômica” alardeada pelo governo para o período.

Autor: Paulo Passarinho

2.5.3 - Ampliar as parcerias com entidades da sociedade civil organizada através da intensificação da realização de eventos voltados para a discussão de temas vinculados a Ciência Econômica: Em parceria com a Associação dos Engenheiros da Petrobrás mantivemos no ar o programa diário denominado Faixa Livre, no qual foram pautadas entrevistas e matérias vinculadas a Ciência Econômica. Além disto, foram realizadas as seguintes atividades com apoio institucional do Conselho.

Março

Debate: O Rio Tem Solução?

Palestrante: Andréa Gouveia Vieira – Vereadora

Comentarista: Economista Mauro Osório

Moderador: Economista Paulo Sergio Souto

Em Parceria com o Fórum Popular do Orçamento e o Programa Faixa Livre este evento inaugurou a série de debates sobre os principais problemas das finanças da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Ciclo de Estudos “Teoria Social e as Perspectivas do Século XXI”:

Organizador: Theotonio dos Santos

Realizado pela Rede de Economia Global e Desenvolvimento Sustentável (REGGEN), o Ciclo de Estudos foi realizado nas dependências do CORECON-RJ, mensalmente.

Abril

Debate: O Rio Tem Solução?

Palestrante: Deputada Clarissa Garotinho

Comentarista: Cientista Social João Roberto Lopes e François Bremaeker

Moderador: Economista Paulo Sergio Souto

Ciclo de Estudos “Teoria Social e as Perspectivas do Século XXI”

Organizador: Theotonio dos Santos

Maio

Debate: O Rio Tem Solução?

Palestrante: Vereador Adilson Pires

Comentarista: Economista François Bremaeker

Moderador: Economista Paulo Sergio Souto

Debate: O Rio Tem Solução?

Palestrante: Deputado Otávio Leite

Comentarista: Economista Eduardo Kaplan

Moderador: Economista Paulo Sergio Souto

Debate: O Rio Tem Solução?

Palestrante: Presidente do PSTU Cyro Garcia

Comentarista: Economista François Bremaeker

Moderador: Economista Paulo Sergio Souto

Debate: O Rio Tem Solução?

Palestrante: Deputado Marcelo Freixo

Comentaristas: Economista Mauro Osório

Moderador: Economista Paulo Sergio Souto

Ciclo de Estudos “Teoria Social e as Perspectivas do Século XXI”

Organizador: Theotonio dos Santos

Debate “Ambientalismo de Espetáculo: A Economia Verde e o Mercado de Carbono no Rio de Janeiro

Introdução: Sandra Quintela

Expositora: Fabrina Furtado

Debatedores: Henri Acksalrad

Pablo Solon

Beverly Keene

Moderador: Economista Paulo Sergio Souto

Junho

Ciclo de Estudos “Teoria Social e as Perspectivas do Século XXI”

Organizador: Theotonio dos Santos

XVII Encontro Nacional de Economia Política

Organizador: Sociedade Brasileira de Economia Política.

Debate “Ambientalismo de Espetáculo: a Economia Verde e o Mercado de Carbono no Rio de Janeiro”.

Promovido pelo Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS).

Julho

Seminário “Lugar de Criança é no Orçamento Público”

Durante o evento foi avaliada a situação vigente no Município do Rio de Janeiro e apresentadas propostas que foram encaminhadas aos candidatos a Prefeito.

Participantes:

Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDECA

Fórum Popular do Orçamento do Rio de Janeiro-FPO/RJ

Grupo de Estudos e Pesquisas do Orçamento Público e da Seguridade Sória da UERJ

Supervisão técnica: UNICEF/RJ

Agosto

Ciclo de Estudos “Teoria Social e as Perspectivas do Século XXI”

Organizador: Theotônio dos Santos

Reforma e Gestão do Maracanã

Promovido pelo Instituto Ethos

O Brasil a Caminho do Bicentenário da Independência

Palestrante: Eduardo Costa Pinto

Este debate integrou as comemorações pelo Dia do Economista. Na ocasião foi feita a entrega do XXII Prêmio de Monografia.

Setembro

VII Encontro de Economistas de Língua Portuguesa: Promovido pela Associação dos Economistas de Língua Portuguesa – AELP foi realizado por ocasião do XXIII Simpósio dos Conselhos de Economia em Belo Horizonte – MG.

Outubro

II Encontro de Economistas da Região Sudeste realizado concomitantemente com o III Encontro de Economia do Espírito Santo.

Debate: “Zumbi e Porto Maravilha, passado presente e futuro”

Mediadora: Prof^a. Dulce Mendes de Vasconcellos – Presidenta do COMDEDINE-RIO

Debatedores: Prof. Joel Rufino – Historiador e escritor

Itamar Silva – Diretor do IBASE
Giovanni Harvey – Consultor de Políticas Públicas do COMDEDINE
Alberto Silva – Assessor Especial da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região Portuária.
Maurício Andreiuolo – Procurador da República

Avaliação da Conferência Internacional Rio+20
Promovido pelo Instituto Equit

Novembro

Oficina sobre a pesquisa “Quem são os proprietários do Brasil”
Realização: Instituto Mais Democracia

Dezembro

“Papel do Brasil na África Lusófona”
Promovido pelo Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS)

2.5.4 – Atuar de forma ativa, inclusive com apoios institucionais, previamente submetidos à aprovação do Plenário, na viabilização de eventos e publicações promovidos por fóruns e redes ligados a movimentos sociais de interesse público, especialmente aqueles cujos temas façam parte da atuação profissional do economista: Não foi executada nenhuma ação com este caráter no exercício, exceto pela manutenção do apoio institucional ao Fórum Popular do Orçamento, coordenado pelos Conselheiros Renato Elman e Eduardo Kaplan Barbosa, que funciona nas dependências do Conselho e tem como objetivo, acompanhar a elaboração, remanejamentos e execução do orçamento municipal da cidade do Rio de Janeiro. Em decorrência destas atividades, produz análises e artigos sobre orçamento público e reuniões, abertas a participação da sociedade, na sede do CORECON-RJ, nas quais divulgam sua produção técnica.

2.5.5 – Divulgar a profissão nas escolas de ensino médio e cursos pré-vestibulares: A redução do número de economistas-fiscais impediu a realização da atividade. A ação será retomada em 2013.

2.5.6 – Instituir núcleo de apoio à pesquisa na Biblioteca: A ação ficou com sua execução paralisada em função de havermos ficado vários meses sem Bibliotecário, e será retomada no próximo exercício.

2.5.7 – Consolidar a participação no Fórum dos Conselhos de Fiscalização Profissional: O Secretário Executivo participou de diversas reuniões do Fórum, com destaque para a realizada com o Presidente do Tribunal Federal, na qual se discutiu o “mutirão” de conciliações referentes a processos de execução fiscal.

2.5.8 – Realizar seminários sobre a economia regional: As atividades não foram realizadas.

2.5.9 – Realizar seminário sobre a agenda do desenvolvimento econômico: A ação foi materializada por meio de eventos realizados no decorrer de todo o ano, conforme inventariado no item 2.5.3. Além disto, realizamos no mês de março o evento abaixo:

Debate: Desenvolvimento Econômico em tempos de crise e homenagens póstumas aos economistas Celso Furtado e Antônio Barros de Castro

Palestrantes: Luiz Carlos Delorme Prado

Ricardo Bielschowsky

Moderador: João Paulo de Almeida Magalhães

2.5.10 – Ampliar a visibilidade do CORECON-RJ nos meios de comunicação: Ação não realizada.

2.5.11 – Ampliar o leque de serviços e convênios oferecidos aos economistas: O principal sucesso foi conquistado com a reabertura do Plano de Saúde pactuado com a UNIMED, após intenso processo de negociação acerca das cláusulas draconianas proposta pela Administradora de Benefícios Qualicorp, ao fim do qual conseguimos manter os direitos dos economistas.

3. PRINCIPAIS OBJETIVOS

3.1 – Elevar em 5% (cinco por cento) a receita de anuidades correntes verificada em 2011: A receita com anuidades correntes consolidada cresceu 14,23% no período, superando em muito a meta fixada.

3.2 – Elevar em 10% (dez por cento), os recebimentos de anuidades vencidas através de processos administrativos: Pela primeira vez, nos últimos anos foi possível obter os resultados para este índice a partir do Sistema Siscaf. Assim sendo, caso não ocorra nenhuma involução em relação ao Sistema, poderemos passar a efetuar comparações a partir de 2013, em relação a esta fase da aplicação da Política de Tratamento da Inadimplência.

3.3 – Elevar em 10% (dez por cento), os recebimentos oriundos de anuidades vencidas, através de processos de execução fiscal: A arrecadação total foi de R\$ 384.018,50 (trezentos e oitenta e quatro mil, dezoito reais e cinquenta centavos). Esta também foi a primeira vez, nos últimos anos, em que foi possível obter os resultados para este índice a partir do Sistema Siscaf. Assim sendo, caso não ocorra nenhuma involução em relação ao Sistema, poderemos passar a efetuar comparações a partir de 2013, em relação a esta fase da aplicação da Política de Tratamento da Inadimplência. Entretanto, do ponto de vista consolidado houve redução de mais de 30% na receita auferida com as duas fases da PTI, refletindo o posicionamento das varas de execução fiscal da dívida pública, em relação as anuidades devidas aos conselhos de fiscalização, conforme já

abordado anteriormente neste documento. Tendência esta, que tende a se consolidar nos próximos anos.

3.4 – Elevar em 5% (cinco por cento), o número de novos registros em relação ao exercício de 2010: Em relação às pessoas físicas houve um crescimento de 2%, ficando 60% abaixo da meta estabelecida. No caso das pessoas jurídicas, observou-se uma queda de 78% em relação ao ano de 2011, explicada pela reestruturação administrativa realizada em março de 2012, quando a Secretaria de Fiscalização sofreu redução de 50% em seu quadro de economistas-fiscais.

4 – Resumo dos desempenhos orçamentário e financeiro no exercício

4.1 – Nível de investimentos: No exercício anterior foi de R\$ 45.787,95 (quarenta e cinco mil setecentos e oitenta e sete reais e noventa e cinco centavos) tendo sido elevada, no exercício, para R\$ 55.596,35 (cinquenta e cinco mil quinhentos e noventa e seis reais e trinta e cinco centavos) crescendo 21,42% em 2012.

4.2 - Superávit financeiro: Foi de R\$ 4.673.879,28 (quatro milhões seiscentos e setenta e três mil oitocentos e setenta e nove reais e vinte e oito centavos) em 2011, e de R\$ 5.284.051,53 (cinco milhões duzentos e oitenta e quatro mil cinqüenta e um reais e cinquenta e três centavos) no exercício, tendo crescido aproximadamente 13,05%.

4.3 - Superávit orçamentário: Tendo sido de R\$ 645.240,52 (seiscentos e quarenta e cinco mil duzentos e quarenta reais e cinquenta e dois centavos) em 2011, alcançou em 2012 a casa dos R\$ 610.172,25 (seiscentos e dez mil cento e setenta e dois reais e vinte e cinco centavos), representando variação negativa de aproximadamente 5,4%.

4.4 – Comportamento da Receita: A receita envolveu dos R\$ 4.780.737,83 (quatro milhões setecentos e oitenta mil setecentos e trinta e sete reais e oitenta e três centavos) em 2011, para R\$ 4.653.598,83 (quatro milhões seiscentos e cinquenta e três mil, quinhentos e noventa e oito reais e oitenta e três centavos) verificados em 2012, representando decréscimo aproximado de 2,7%.

4.5 – Comportamento da Despesa: O total das despesas no exercício anterior foi de R\$ 4.135.497,31 (quatro milhões cento e trinta e cinco mil, quatrocentos e noventa e sete reais e trinta e um centavos). Em 2012 atingiu R\$ R\$ 4.043.426,58 (quatro milhões, quarenta e três mil quatrocentos e vinte e seis reais e cinquenta e oito centavos) representando recuo aproximado de 2,3%.

5 – CONCLUSÃO: Em que pese alguns objetivos não terem sido alcançados, em especial, os vinculados a Secretaria de Fiscalização, em função da reforma administrativa que a privou de 50% do número de economistas-fiscais. Os resultados positivos tornaram possível ao Conselho iniciar 2013 em patamar organizacional superior ao existente em 2012. Findo o exercício podemos afirmar



que estamos mais preparados para elevar a qualidade da fiscalização do exercício profissional e a interlocução com os economistas e a sociedade.

Rio de Janeiro, 04 de janeiro de 2013

João Paulo de Almeida Magalhães
Presidente